



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6923

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votado, não tramitado

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 31/01/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Altera dispositivos das Leis nº 2.779, de 16/11/1999, nº 2.824, de 27/03/2000, nº 2.900, de 01/06/2001, que estabelecem normas disciplinadoras do serviço de Moto-Táxi no município de Montes Claros, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 26.3 **Posição:** 18 **Número de folhas:** 05

Espécie: PL
Categoria: não tramitado; não vetado
Nº: 263
Ordem: 18
nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

Vereadora – Fátima Macedo

ASSUNTO:

Altera Dispositivos da Lei 2.779/1999, Lei 2.824/2000, Lei 2900/2001, que Estabelece Normas Disciplinadoras do Serviço de Mototáxi no Município de Montes Claros e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em - 31/01/2006
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Projeto de Lei n.º / 2006

*AS Comissões
31/10/06*

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 2.779, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999, DA LEI 2.824, DE 27 DE MARÇO DE 2000, DA LEI 2.900, DE 01 DE JUNHO DE 2001 QUE ESTABELECE NORMAS DISCIPLINADORAS DO SERVIÇO DE MOTOTÁXI NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal de Montes Claros - MG, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o serviço de Mototáxi, no Município de Montes Claros, que será regido pelos mesmos termos da presente Lei, observando ainda as disposições do Código Nacional de Trânsito e da Lei Orgânica deste Município.

Art. 2º - O Serviço de Mototáxi será explorado, mediante autorização do Poder Executivo Municipal, por pessoas físicas que se enquadrem nas condições e requisitos estabelecidos por esta Lei.

§1.º - São condições para o exercício da atividade de mototaxista:

- a) Estar legalmente habilitado;
- b) possuir residência fixa no município;
- c) ser proprietário da motocicleta utilizada no serviço;
- d) ter o seu veículo de serviço devidamente regularizado, conforme as normas do órgão estadual de trânsito e do órgão municipal disciplinador;
- e) ter participado de cursos exigidos, pelo órgão estadual de trânsito, para o transporte de passageiros;
- f) estar devidamente cadastrado na Secretaria Municipal de Atividades e Serviços Urbanos, nos termos do art. 5.º;
- g) estar desempregado.

§2.º - Aos mototaxistas, proprietários de motocicletas, será permitido a contratação de apenas mais quatro mototaxistas;

§3.º - Os mototaxistas contratados para o exercício das atividades obedecerão as seguintes condições:

- a) estar desempregado;
- b) não ser proprietário da motocicleta;
- c) ter os cursos exigidos pelo órgão estadual de trânsito para o transporte de passageiros;
- d) estar habilitado;

Art. 4º - Os mototaxistas poderão constituir cooperativas ou se associar, vincular a qualquer outra entidade com personalidade jurídica já existente ou que venha a ser constituída, com a finalidade exclusiva de organizar o Serviço de Mototáxi.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

§1.º - Fica vedado às entidades, de que trata o **caput** deste artigo, veicular ou instalar qualquer propaganda político-partidária, em sua sede, motocicletas, equipamentos ou nas vestimentas dos mototaxistas, sob pena de imediata cassação da autorização do Serviço de Mototáxi;

§2.º - As entidades, ou mototaxistas, em pontos determinados pela prefeitura, deverão utilizar no serviço por eles explorado o número mínimo de 05 (cinco) e o número máximo de 20 (vinte) motocicletas;

§3.º - As entidades e/ou os mototaxistas, executores do Serviço de Mototáxi, deverão ter o local de funcionamento e os equipamentos de uso obrigatório em condições satisfatórias de segurança e higiene;

§ 4.º - É vedado aos mototaxistas e /ou as entidades no desempenho de suas funções na exploração do Serviço de Mototáxi :

I. Apanhar passageiros e ou estabelecer pontos num raio de 30 m. (trinta metros) dos pontos de táxi e /ou dos coletivos urbanos;

II. Transporte de passageiro conduzindo qualquer tipo de volume que possa comprometer a segurança do transporte;

III. Transferir para outro veículo, a placa registrada para o Serviço de Mototáxi, sem a autorização do órgão concedente e/ou o empréstimo ou aluguel do veículo e equipamentos para fins alheios;

IV. Transportar passageiros além da capacidade de lotação do veículo;

V. Transferir ou emprestar para outra motocicleta os capacetes e/ou os equipamentos padronizados para o Serviço de Mototáxi e/ou a utilização de capacetes fora do padrão adotado;

Art. 5º - Os mototaxistas serão cadastrados e terão uma ficha de registro junto à Secretaria Municipal de Atividades e Serviços Urbanos, sendo obrigatório o uso de crachá onde constará o nome da entidade ou ponto determinado pela Prefeitura, o seu nome completo, número da respectiva matrícula e 01 (uma) foto 3x4;

§ 1.º - Constitui infração a esta Lei, a inobservância dos preceitos do Código Nacional de Trânsito que constituirá parâmetros para a aplicabilidade das punições administrativas, pelo poder público concedente, dentro dos seguintes critérios :

I. Infração gravíssima – cassação da autorização que trata o Art. 2º;

II. Infração grave – suspensão da autorização por 30 dias, com duas infrações graves correspondendo a uma gravíssima;

III. Infração média – advertência por escrito, com cada três infrações médias correspondendo a uma infração grave.

Art. 6º - Os veículos motocicletas utilizados no Serviço de Mototáxi, deverão ser vistoriados, identificados e liberados pelo **DETRAN**, mediante as normas, para os veículos de aluguel, do Código Nacional de Trânsito, observando ainda aos seguintes critérios estabelecidos por esta Lei :

I. Possuir , no mínimo, 125cc. (cento e vinte e cinco cilindradas) de potência;

II. Constar nas partes laterais do tanque do veículo, na forma visível e de fácil leitura, faixa de cor amarela, contendo o n.º de matrícula do mototaxista ;

III. Possuir dois capacetes e um colete de identificação do mototaxista, dentro das seguintes normas :

a) Capacetes, de uso obrigatório, em cores padronizadas pela municipalidade, com a inscrição da placa do veículo (frente e verso), de forma visível e fácil leitura;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

b) Colete, em cores padronizadas pela municipalidade, com a inscrição do nome da entidade ou do ponto, estabelecido pela municipalidade, com o n.º da matrícula do mototaxista, na forma visível e de fácil leitura;

c) Veículo constando nas laterais do tanque de combustível, faixas padronizadas pela municipalidade, com a escrita "Mototáxi" e abaixo o n.º de matrícula do mototaxista;

III. Possuir o tempo máximo de uso de 06 (seis) anos.

Art. 7º - Pretendendo não continuar no exercício da atividade, o mototaxista deverá comunicar o fato à TRANSMONTES, a qual promoverá o cancelamento da autorização, a ele concedida, e conseqüentemente baixa na sua ficha de registro;

Art. 8º - O número de mototaxistas cadastrados será revisado a cada 02 (dois) anos, tomando por base o crescimento populacional do município, conforme dados oficiais do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Art. 9º - Compete ao órgão competente do Poder Executivo Municipal em colaboração com os usuários do Serviço de Mototáxi, fiscalizar e fazer cumprir esta Lei;

Art. 10- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se em especial às Leis 2.779, de 16 de novembro de 1999, 2.824, de 27 de março de 2000 e a Lei 2.900 de 01 de junho de 2001 e as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de janeiro de 2006.


Fátima Pereira Macedo
Vereadora

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei baseia-se na segurança dos mototaxistas que têm a motocicleta como instrumento de trabalho e sobrevivência, como também dos seus usuários que, dia a dia, é acometido por freqüentes assaltos, obra de marginais que vêm transformando os capacetes em máscaras e as motos em instrumento para a criminalidade.

Com a padronização dos capacetes e a identificação dos veículos dos mototaxistas, estaremos dificultando a ação dos marginais, estabelecendo, ainda, a credibilidade e a segurança desse transporte junto aos usuários da comunidade e resguardando os profissionais desse transporte da discriminação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 31 DE JANEIRO DE 2006
PRESIDENTE